

1 CONSELHO MUNICIPAL DE ATENÇÃO A DIVERSIDADE SEXUAL - LGBT
2 Reunião Ordinária
3 25 de Fevereiro de 2015
4
5

6 **MEMBROS:**

7 Adriana da Silva (Conselheira); Alessandro Melchior (Conselheiro/Coordenação LGBT);
8 André Pomba (Conselheiro); Brunna Valin (Participante); Denis (Participante); Felipe Oliva
9 (Conselheiro); Jamilly Baptista (Participante); Janaina Lima (Conselheira); Nilton Cruz
10 (Conselheiro); Téo Rodrigues (CTA - Santo Amaro).

11
12 **PAUTA:**

- 13 1) Abertura;
14 2) Informes;
15 3) Encerramento;
16 4) Encaminhamentos.
17
18

- 19 **1) Abertura:** O Sr. Alessandro (Coordenação LGBT) iniciou a reunião cumprimentando a
20 todos e seguiu para o item **2) Informes:** O Sr. Alessandro informou que realizaram uma
21 consulta na Coordenação e um levantamento no Diário Oficial, em que foi identificado um
22 problema, sendo que um deles é que não conseguiram localizar a Portaria de nomeação do
23 Conselho e o Termo de Posse.
- 24 **2)** Relatou que conversaram com o conjunto da Secretaria e outros membros da Prefeitura, com
25 relação ao desligamento da Sra. Janaina e de outros membros do Conselho, como do Sr.
26 Gabriel Medina que assumiu a Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal e que,
27 realizaram o processo de consulta, tanto com o jurídico da Secretaria quanto da
28 Coordenação de Participação Social, sobre a possibilidade de ampliação do mandato do
29 Conselho. Disse que os mesmos retornaram explicando que é possível e que pode ser
30 encaminhado o processo de ampliação do mandato até a nova eleição. Comunicou que a
31 maioria das Secretarias deu retorno dizem que participaram da ampliação, mas destacou que
32 faltam apenas duas ou três Secretarias, visto que conseguirão essa relação ainda essa
33 semana. Relatou que a assinatura do novo Decreto será realizada na primeira quinzena de
34 março e que, a ponderação realizada pela área jurídica da Secretaria e a Coordenação de
35 Participação Social é que a extensão do mandato do Conselho não será a extensão de um
36 período do mandato, mas sim do mantado como um todo por dois anos, o que prevê a
37 manutenção do Decreto anterior que regulava o Conselho. Explicou que esse Decreto
38 explana que o mandato do Conselho é de dois anos e que a Presidência é em forma de
39 rodízio entre Sociedade Civil e Governo, como o tempo de mandato de um ano. Como a
40 extensão do mandato foi encerrada no dia 18 de fevereiro de 2015, o mandato da Sra.
41 Janaina da Sociedade Civil, uma vez que seria realizado o rodízio, mas ressaltou que
42 compreendem que não é o adequado, por estarem no processo de encerramento do mandato
43 e o processo eleitoral está colocado, com uma Comissão Eleitoral indicada. Relatou que
44 gostariam de realizar uma consulta a partir dessas ponderações, se considerando que o
45 processo eleitoral está colocado para acontecer no próximo período, poderia indicar uma
46 pessoa para substituir a Sra. Janaina e dar posse nessa reunião para a Comissão Eleitoral,

47 delegando que a mesma o mandato político para conduzir o processo eleitoral e o processo
48 de diálogo, caso seja necessário mais reuniões. Questionou se poderiam substituir na
49 Comissão Eleitoral o Sr. Marcelo, caso seja necessário, por observar que o mesmo não tem
50 comparecido nas reuniões. O Sr. Alessandro entendeu que também é importante a Comissão
51 iniciar a pensar sobre o processo organizativo da Conferência, para quando o Conselho seja
52 eleito, já tenha algum tipo de informação e relatou que as primeiras informações que
53 receberam foi que as etapas municipais aconteceriam em junho. Sugeriu deixar o Sr.
54 Marcelo na Comissão e indicar um substitutivo caso ele não possa participar, para que não
55 corram o risco de ter uma Comissão Eleitoral esvaziada. O Sr. Felipe relatou que de acordo
56 com a nova redação do Decreto 51.301 de 22 de fevereiro de 2010 diz no §2º do Artigo 2º
57 que: “*A Comissão Eleitoral é integrada por Presidente do Conselho, bem como por um*
58 *representante da Sociedade Civil e um representante do Poder Público, ambos indicados*
59 *em reunião do Colegiado realizada para essa.*”. O Sr. Alessandro disse que o Plenário do
60 Conselho, especialmente a Sociedade Civil, demandou que a Comissão Eleitoral fosse uma
61 Comissão mais ampla, podendo assim apenas determinar as três pessoas que assinaram pela
62 Comissão Eleitoral, respeitando o Decreto. Relatou que se os participantes quiserem, podem
63 alterar o acordo realizado, mantendo o texto do Decreto e o Sr. Felipe entendeu que a
64 extensão por cinco meses da Presidência pela Sociedade Civil, virou um problema para o
65 Governo, porque as pessoas estão se retirando. O Sr. André relatou que iram consultar a
66 Sociedade Civil sobre quem está disposto a participar e compreendeu que, com a saída da
67 Sra. Janaina, seria melhor ter a paridade na Comissão e indicar novamente os membros. O
68 Sr. Alessandro disse que, caso a Sociedade Civil não tenha uma terceira pessoa interessada a
69 participar da Comissão, poderão reduzir a representação do Governo, mantendo a paridade.
70 Compreendeu que precisam decidir sobre a data da reunião da Comissão Eleitoral e da
71 reunião de março do Conselho. Os participantes concordam com o encaminhamento e
72 decidem que a Sociedade Civil, através de Felipe Oliva e André Pomba, confirmaram até o
73 dia 27 de fevereiro os nomes dos três representantes para compor a Comissão Eleitoral, caso
74 não definidos os mesmos, será mantida a paridade apenas com dois representantes da
75 Sociedade Civil e do Poder Público; Ficou acordado, que, mediante a confirmação dos
76 representantes para composição da Comissão Eleitoral, a realização de uma reunião no dia
77 04 março as 10h00 na Coordenação LGBT. Ficou acordada com os presentes uma proposta
78 de reunião do Conselho no dia 25 de março as 17h00 com local a ser confirmado
79 previamente. O Sr. Alessandro informou que essa semana terá uma reunião do Conselho
80 Nacional LGBT e que, não sabe se irão tratar sobre algo da Conferência, mas ressaltou que
81 não possuem nenhuma grande informação, além do fato de que existe um recurso do
82 orçamento aprovado para realizar a Conferência e um indicativo de que as etapas municipais
83 acontecerão em junho. Compreendeu que é muito ruim a Conferência Municipal acontecer
84 nesse período, por ser o momento de realização da Parada Gay e da eleição. Relatou que
85 gostariam, como Coordenação, enviar um ofício para a SDH solicitando que os prazos das
86 Conferências Municipais ficassem para o segundo semestre. O Sr. André entendeu que seria
87 totalmente conveniente essa sugestão por ser um período complicado. O Alessandro
88 reforçou o informe que foi enviado por *e-mail* sobre a eleição do Conselho Gestor do
89 Ibirapuera, dizendo que não estão acontecendo às reuniões, por estarem no processo eleitoral
90 e informou que as inscrições iram até o dia 12 de março. O Sr. André solicitou que fossem
91 recuperados alguns assuntos debatidos na reunião passada para sabem se existe alguma
92 novidade em relação aos mesmos. O Sr. Alessandro relatou que foi feito o pregão da
93 unidade móvel no dia 03 de fevereiro, sendo que houve oito empresas concorrendo e a

94 segunda colocada apresentou recurso contra a primeira. Informou que a Procuradoria da
95 Prefeitura acatou o recurso e tem o prazo até o dia 26 de fevereiro para poder respondê-lo,
96 uma vez que respondido, automaticamente, ficará a segunda colocada para encaminhar o
97 processo de assinatura do contrato e o lançamento e que, estão trabalhando com o
98 lançamento do Centro de Cidadania LGBT no final de março na Rua do Arouche, número
99 23, no quarto andar. Comunicou que estão procurando um imóvel na Zona Leste, sendo que
100 foi apresentada uma ponderação que a região que estavam analisando de Vila Matilde/Penha
101 não atende a necessidade de ponto de vista de extremo da Zona Leste. Disse que
102 encontraram um imóvel respeitando os critérios que estavam colocando e estão no processo
103 de fechamento. Sobre o Plano de Saúde LGBT, relatou que foi sinalizado na última reunião
104 que o ponto que estava pendente era a definição da área técnica e que, a Sra. Gabriela
105 Calazan voltou para a Secretaria de Saúde para ser uma responsável pelo Plano de Saúde,
106 sendo que será definido se a mesma será responsável pela área técnica ou de suporte da
107 região central. O Sr. André indagou se a questão do Plano operativo pode impedir continuar
108 o processo de licitação da compra de hormônio e o Sr. Alessandro explicou que apenas
109 impede a assinatura da Portaria, pois foi condicionada a criação da área técnica e que,
110 poderiam retirar um indicativo de convidar a Sra. Gabriela e o Sr. Clóvis para a próxima
111 reunião para apresentar sobre essa questão. O Sr. André questionou como está o andamento
112 do programa Transcidadania e o Sr. Alessandro esclareceu que as aulas começaram no dia
113 04 de fevereiro e que, as alunas foram distribuídas em duas escolas em três turmas.
114 Ponderou que uma das participantes do programa estava com problema de abrigamento e
115 conseguiram um local para a mesma e que, tiveram também um problema inicial em que
116 algumas das participantes utilizavam a pia para fazer higiene, mas foi resolvido com a
117 instalação de chuveiros. Disse que estão com problema com a passagem pelo não
118 recebimento do Cartão Passe Livre e explicou que as bolsas não foram recebidas, porque a
119 Secretaria de Trabalho conta o período das bolsas do dia 20 do mês anterior até o dia 10 do
120 mês seguinte. Comunicou que estão tentando elaborar um relatório de avaliação com três
121 meses do programa. A Sra. Jamile pondera que está gostando do programa e que, gostaria
122 que houvesse também para o ensino médio, por entender que os estudos são importantes.
123 Com relação a possível fraude, o Sr. Alessandro esclareceu que uma participante se
124 identificou com estando em processo de transição, mas algumas participantes não
125 concordaram com essa identificação. Disse que a assistente social que acompanha o
126 programa realizou um atendimento identificando o seu histórico, concluindo que a mesma
127 tinha condições de participar do programa. Elucidou que além do ensino fundamental, as
128 participantes poderão seguir para o ensino médio e para o PRONATEC, ficando no
129 programa até o final de dois anos. O Sr. André questionou se todas as participantes farão em
130 um ano o ensino fundamental e o Sr. Alessandro explicou que não sabe se quase todas,
131 porque não possui a porcentagem e a descrição exata de quantas foram reclassificadas e que,
132 todas tem a garantia do PRONATEC, pois iniciam com os Cursos FIC que não demandam o
133 ensino fundamental completo. Ressaltou que podem realizar uma reunião extraordinária
134 sobre Transcidadania para maiores informações. A Sra. Jamile indagou se, depois do ensino
135 médio, o Prefeito dará alguma oportunidade para a Faculdade. O Sr. Alessandro esclareceu
136 que quando uma pessoa é aprovada no ENEM, existe a possibilidade de tanto de FIES como
137 do PROUNI, mas ressaltou que a prioridade é o ensino fundamental incompleto, depois
138 ensino médio e se resolvendo essa demanda, ensino superior. O Sr. Téo Rodrigues (CTA –
139 Santo Amaro) relatou que possui uma preocupação se o Governo pensará em uma maneira
140 de colocação das travestis no mercado de trabalho. O Sr. Alessandro informou que estão

141 conversando sobre isso, mas precisam primeiro realizar a escolaridade das travestis, que não
142 sua maioria não tem o ensino fundamental completo. O Sr. Téo Rodrigues (CTA – Santo
143 Amaro) comunicou que conhece três travestis que são pedagoga, arquiteta engenheira e
144 enfermeira, que não conseguem um emprego em suas áreas e compreendeu que a
145 escolaridade é muito relativa na questão das travestis. A Sra. Bruna afirmou que não
146 concorda na fala do Sr. Téo Rodrigues (CTA – Santo Amaro) em vários momentos, porque
147 a escolaridade lhe ajudou a alcançar várias posições e entendeu que o Transcidadania veio
148 para dar um novo norte para o movimento de travestis e transexuais. O Sr. Téo Rodrigues
149 (CTA – Santo Amaro) desculpou-se pelo seu equívoco em sua fala, justificando que não
150 tinha essas informações. A Sra. Bruna indagou de que forma será a avaliação e
151 monitoramento do projeto e o Sr. André questionou qual é a estrutura de controle que
152 possuem. O Sr. Alessandro explicou que a avaliação do programa será feita no final do
153 programa e o processo de monitoramento, o objetivo era realizá-lo mais denso com seis
154 meses de programa e que, hoje estão avaliando a possibilidade de realizar monitoramentos
155 trimestrais. Relatou que o controle na aula é realizado pela Secretaria de Educação que
156 envia uma tabela com esse controle. O Sr. André indagou se existe alguma forma de
157 desligamento do programa e se existe um cadastro de reserva. O Sr. Alessandro explanou
158 que existe o cadastro reserva, mas a possibilidade de inscrição é apenas no semestre e que,
159 as travestis podem faltar sem justificativa apenas três vezes ao mês. O Sr. André questionou
160 se receberam as perguntas do Lions e se poderão respondê-las até a próxima reunião. O Sr.
161 Alessandro afirmou que vão cumprir o prazo para responder as perguntas, mas relatou que
162 existem algumas perguntas que não são específicas da Secretaria de Direitos Humanos. O
163 Sr. Denis convidou os participantes para assistirem o filme “Que Bom te Ver Viva” do
164 festival de Cinema de Recursos Humanos. **3) Encerramento:** O Sr. Alessandro agradeceu a
165 presença de todos e encerra a reunião.

166

167 **Encaminhamentos e Decisões:**

- 168 1 - Envio dos nomes dos representantes da Sociedade Civil para composição da Comissão
169 Eleitoral até dia 27 de fevereiro;
- 170 2 - Reunião com representantes da Comissão Eleitoral no dia 04 de março as 10h00 na
171 Coordenação mediante encaminhamento/confirmação dos representantes no dia 27 de fevereiro;
- 172 3 - Proposta de reunião do Conselho no dia 25 de março as 17h00 com local a confirmar.

173